

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: TRABALHANDO COM CONTOS AFRICANOS

EDUCATION ON HUMAN RIGHTS IN CHILDHOOD EDUCATION: WORKING WITH AFRICAN TALES

EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: TRABAJAR CON CUENTOS AFRICANOS

*Ana Maria Klein

**Luana Passos

***Monica Abrantes Galindo

Resumo: O presente artigo discute a Educação em Direitos Humanos (EDH) na Educação Infantil por meio do relato de um projeto sobre contos africanos realizado com alunos da Educação Infantil da rede municipal de uma cidade do noroeste paulista. A EDH tornou-se obrigatória em todos os níveis e modalidades de educação do país em 2012 com as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos e envolve temáticas que dizem respeito à dignidade humana. O reconhecimento e a valorização das diversidades entre as pessoas é um de seus fundamentos. O projeto visa responder à questão de como levar a EDH para dentro das escolas e teve por objetivo apresentar e valorizar aspectos da cultura africana por meio da literatura. Foram realizadas leituras, discussões com as crianças sobre a sua compreensão dos contos e registros gráficos por meio de desenhos. Os resultados das atividades demonstram que as crianças ampliaram seus conceitos sobre fadas, rainhas e princesas, transcendendo concepções eurocêntricas.

Palavras-chave: direitos humanos; diversidade cultural; contos africanos; educação infantil

INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é um compromisso internacional datado do século XX, desde que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1945) foi proclamada pela ONU e afirmou em seu preâmbulo a importância da educação para os Direitos Humanos. Essa importância foi reiterada em Viena, no ano de 1993, durante a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos. Nesta ocasião, criou-se internacionalmente a responsabilidade estatal em relação à educação formal e das instituições sociais em relação à educação não formal, cabendo a cada país o desenvolvimento de ações nesta direção.

No Brasil, o compromisso do Estado com a EDH tem como marcos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, PNEDH (BRASIL, 2006) e as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012), instituídas pelo Conselho Pleno do CNE, o

* Doutorado em Educação (USP/S.P.). Professora do Departamento de Educação e no Programa de Pós-graduação Ensino e Processos Formativos (IBILCE/UNESP/SP). E-mail: ana.klein@unesp.br. ORCID: 0000-0002-0004-1908.

** Mestrado em Estudos Linguístico (IBILCE/UNESP/SP). Professora da rede municipal e formadora de professores da rede municipal sobre relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira (São José do Rio Preto/SP). Pesquisadora do Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão NUPE (IBILCE – UNESP/SP). E-mail: passos_luz@yahoo.com.br. ORCID: 0000-001-7073-0584.

*** Doutorado em Educação (USP/São Paulo). Docente do Departamento de Educação e no Programa de Pós-graduação Ensino e Processos Formativos (IBILCE/UNESP/SP). Pesquisadora do Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão NUPE (IBILCE – UNESP/SP). E-mail: monica.galindo@unesp.br. ORCID: 0000 0002 3649 5098.

que significa que a sua abrangência inclui todos os níveis de educação do país – da Educação Infantil à Pós-graduação.

A EDH é um modo de vida que orienta as relações humanas. Nas escolas expressa-se por meio de conhecimentos relativos aos Direitos Humanos (DH), de valores que ratificam a dignidade humana e de práticas que concretizam estes direitos. Trata-se de um processo multidimensional que envolve diversas temáticas com as quais as escolas e as suas comunidades deparam-se cotidianamente. Esta maneira de conceber a vida escolar fundamenta-se nas diversidades e na inclusão de todos os estudantes, reconhecendo as diferenças entre os seres humanos e as valorizando.

As diversidades biológicas e/ou culturais marcam a condição humana e, conseqüentemente, estão presentes em todas as nossas relações, no entanto, podem ser valoradas e utilizadas como justificativas para ações preconceituosas, discriminatórias que geram a desigualdade social.

Na constituição federal (BRASIL, 1988), em seu preâmbulo, consta que a igualdade e a justiça são valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) em seu artigo 2º destaca que todo ser humano goza dos direitos e liberdades estabelecidos pela declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Contudo, ainda que igualdade e justiça sejam valores centrais à dignidade humana e o preconceito e a discriminação sejam atitudes que devem ser combatidas, as recomendações de documentos nacionais, internacionais e leis, não são suficientes para transformar concepções preconceituosas que perpassam gerações.

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p.17).

A educação escolar exerce um papel fundamental na desconstrução de preconceitos uma vez que a educação e a valorização das diferenças é o caminho mais efetivo para o conhecimento de diferentes formas de ser, viver, compreender e explicar o mundo. No entanto, o enfrentamento ao racismo exige que docentes enxerguem e superem preconceitos presentes no cotidiano das relações sociais e escolares.

Cavalleiro (2001, p. 156) afirma que o espaço escolar é o local no qual convivem todos os agentes da educação. A maneira como está organizado reflete as imagens e as concepções que se tem de sociedade. Gomes (2002, p.38) destaca que a escola pode ser analisada como espaços de aprendizagens e comportamentos, “[...] não só os conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e idade”.

Nesta perspectiva, os saberes nela construídos e a cultura (as vivências e trocas culturais, modos se sentir, agir e pensar) agem e contribuem para construção da identidade negra, no entendimento da diversidade étnico-cultural a partir do que a escola entende por isso, bem como a constituição do sujeito sócio-cultural-histórico, especificamente o negro, enfim a criança negra.

O presente artigo propõe-se a relatar o desenvolvimento de um projeto escolar voltado à literatura africana que teve por objetivo conhecer outras formas de explicar o mundo, entendendo que é por meio da educação e do contato com a diversidade humana que os direitos humanos podem ser construídos como valores éticos.

EDH, DIVERSIDADE E CULTURA AFROBRASILEIRA

A Educação em Direitos Humanos envolve conhecimentos, valores e práticas, assim sendo, é preciso conhecê-los, reconhecê-los como importante para poder atuar na sua promoção. Busca-se a formação de seres humanos capazes de guiar suas vidas pautados por valores humanizadores como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas. No entanto, este ideal pressupõe ações educativas intencionalmente voltadas a este fim. Em 2012 o Brasil deu um passo decisivo nesta direção ao aprovar Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, considerando a sua autonomia e propostas pedagógicas. Assim sendo, cabe a cada instituição adequar os princípios, fundamentos e procedimentos a sua realidade. O intuito é orientar as práticas educacionais brasileiras, respeitando as matizes curriculares estaduais e municipais.

O parecer que institui as diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012) destaca sete princípios que configuram a sua essência e, assim, devem guiar o modo de vida dentro das instituições educativas: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência, globalidade; sustentabilidade socioambiental.

A diversidade, um dos sete princípios da EDH, é uma característica humana e se expressa biológica e culturalmente, no entanto, a maneira de lidarmos com as formas diversas de ser pensar, viver, existir, por vezes, gera atitudes de estranhamento e preconceito.

Por mais que a diversidade seja um elemento constitutivo do processo de humanização, há uma tendência nas culturas, de um modo geral, de ressaltar como positivos e melhores os valores que lhe são próprios, gerando um certo estranhamento e, até mesmo, uma rejeição em relação ao diferente. É o que chamamos de etnocentrismo. Esse fenômeno, quando exacerbado, pode se transformar em práticas xenófobas (aversão ou ódio ao estrangeiro) e em racismo (crença na existência da superioridade e inferioridade racial). (GOMES, 2007, p.18).

Quando as diferenças e a diversidade entre pessoas e grupos são valorados, isto é, quando a diferença é utilizada para discriminar, inferiorizar, criar situações de dominação e poder, geramos a desigualdade social. Nesse sentido, Gomes (2007, p. 25) afirma que:

[...] falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação. É perceber como, nesses contextos, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de forma desigual e discriminatória. É entender o impacto subjetivo destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola.

A força legal (BRASIL, 1989) pune atitudes racistas e discriminatórias, mas não muda pensamentos ou conceitos, age, desta maneira, punindo atos já cometidos. A educação atua em outro sentido, na formação dos seres humanos para que reconheçam a dignidade dos seres humanos e respeitem as diferenças entre as pessoas, ou seja, antes que a violação à dignidade humana aconteça. Por este motivo, a educação constitui-se como uma das principais vias para a transformação de ideias e conceitos preconceituosos que afetam a vida dos discriminados e a convivência social como um todo.

Visando a valorização da cultura africana, foi implementada a Lei 10.639 de janeiro de 2003, que altera a LDBN 9394/96 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2003). Por força deste dispositivo legal o currículo escolar deve incorporar a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004). Desde então, a questão da cultura africana e afrodescendente tornou-se objeto de debates e discussões no interior da escola básica e da universidade. Um dos pontos que motiva educadores e pesquisadores é a questão de como abordar de maneira significativa tais conteúdos.

EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Educação e identidade negra são vistas como processos construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais mergulhadas na articulação entre individual e o social, entre o passado e o presente, e são incorporadas, ao mesmo tempo em que incorporam, à dinâmica do particular e do universal.

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos disciplinares escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e a sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2002, p.39).

Assim, ao refletirmos sobre a educação e a identidade negra, observa-se uma trama toda entrelaçada dos processos sociais, políticos, culturais, filosóficos e históricos vivenciados pela população negra brasileira, por isso a sua especificidade dentro da escola e da educação.

Notadamente, para a população afrodescendente, há uma identidade individual, que a marca, não é “moreninho”, o “chocolate” o “café com leite”, dentre tantas outras denominações. Quando se nasce, recebe-se um nome, próprio e, geralmente, indicador de um gênero, que os diferencia dos demais, pais, irmãos e irmãs. A isto denomina-se identidade individual.

A identidade é “[...] formada em composição da identidade pessoal, pelo nome, e da identidade familiar, pela adição de sobrenomes das duas famílias, do pai e da mãe” (MUNANGA, 2012, p.8-9). Logo, esta identidade individual marca, difere, mostra que existe. “Resumidamente, o verdadeiro significado, ou seja, a verdadeira função da identidade individual é ontológica [...]. Neste sentido, a identidade individual faz parte de um processo de construção do ser, significando a sua existência” (MUNANGA, 2012, p.9).

Quando uma criança reclama que não quer ser negra, ela está nos dizendo que não quer o tratamento costumeiramente dado às pessoas pertencentes a este grupo racial. O que ela não quer é ser ironizada, receber apelidos, ser excluída de brincadeiras. Assim melhor do que chamá-la de “moreninha” para disfarçar a sua negritude é cuidar para que ela receba atenção, carinho e estímulo para poder elaborar sua identidade racial de modo positivo. (CAVALLEIRO, 2001, p.156).

É, em grande parte, na instituição escolar que a criança toma consciência de si. É neste contexto social que o seu desenvolvimento e a construção de sua identidade se constituirá na relação com o outro, nas produções culturais e sociais produzidas historicamente pelo homem.

Tendo em vista que a identidade negra se dá dentro das relações construídas na história do indivíduo e de sua sociedade, será também na escola que a identidade irá

se formar. No caso da criança negra a identidade étnica irá se constituir em uma sociedade racista e discriminatória, onde a criança terá dificuldades em relação a sua identidade reforçando sua baixa-estima. (OLTRAMARI & KAWAHALA, 2002, p.20).

A identidade, sob a ótica de uma comunidade negra, é construída pela história, contudo trata-se, comumente, de uma história que mal se conhece, por ser contada sob a visão do outro de modo extremamente depreciativo e negativo. É preciso ter consciência histórica e reencontrar “[...] o fio condutor da verdadeira história do Negro que o liga sem distorções e falsificações” (MUNANGA, 2012, p.9).

A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que cria, constitui uma relação de segurança mais sólida para cada povo. É a razão pela qual cada povo faz um esforço para conhecer e viver sua verdadeira história e transmiti-la para as futuras gerações. Razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica era uma das estratégias utilizadas pela escravidão e colonização, para destruir a memória coletiva dos povos escravizados e colonizados. (MUNANGA, 2012, p. 10).

Delineada esta ideia, compreende-se que no processo de construção da identidade negra coletiva é ímpar a necessidade do resgate da sua história e autenticidade, desconstruindo, dessa maneira, o fel, o teor negativo de uma história que se encontra na historiografia colonial presente em “nosso imaginário coletivo” reconstruindo, portanto, uma história positiva e real com a capacidade de resgatar sua humanidade e autoestima destruída e massacrada por uma ideologia racista presente e cristalizada na historiografia colonial.

Na construção de uma identidade negra, é imperioso que o negro seja visto não apenas como objeto de sua história, mas, notadamente, “[...] como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro, apesar das desigualdades raciais resultantes do processo discriminatório” (MUNANGA, p.10-11).

Contudo, não só a vertente histórica constitui a identidade negra. A cultura, em sua multiplicidade (educação, religião, artes, literatura, ciências, etc.), também tem a sua contribuição. Em se tratando do povo africano que foi trazido para o Brasil, muito de seus aportes culturais fazem parte constitutiva do cotidiano brasileiro: culinária, artes musicais, visuais, religiões populares e literatura.

Mariosa e Reis (2011, p. 42) salientam que “[...] a construção da identidade da criança é algo que vai passar inevitavelmente pelos referenciais que forem a ela apresentados”. Para as autoras, os brinquedos, os personagens de desenho animado e as histórias infantis são formas da criança constituir a sua identidade, pois se deparam com personagens, heróis, mocinhas, animaizinhos, príncipes e princesas, fadas dentre outros, pontuam as autoras. Contudo, o que se tem encontrado, prioritariamente, nas obras direcionadas às crianças e aos jovens é uma

valorização das histórias de origem europeia: castelos medievais, pele branca como a neve, cabelos claros e lisos, carruagens, etc.

As crianças e os jovens crescem com a impressão de que os padrões de beleza e de bondade são, apenas, aqueles com os quais se deparam nos livros infanto-juvenis. As crianças negras, por sua vez, poderão alimentar “[...] a imagem de que são inferiores e inadequadas. Crescerão com esta ideia de branqueamento introjetadas, achando que só serão aceitas se aproximarem-se dos referenciais estabelecidos pelos brancos” (MARIOSIA & REIS, 2011, p. 42). Para as autoras, então, as crianças e os jovens rejeitarão tudo aquilo que as assemelhe com o universo negro.

O projeto “Contos Africanos e afro-brasileiros na Educação Infantil” nasce a partir dos apontamentos delineados até o momento, entrelaçados às questões de uma Educação em Direitos Humanos e nas africanidades; em especial, ao contexto de uma de situação pedagógica com crianças da Educação Infantil. A gama literária africana em consonância com a arte discursiva das formas simples (mitos, lendas e contos) é usada como suporte didático e pedagógico para a efetivação da Lei nº 10.639, na educação como direito social.

PROJETO CONTOS AFRICANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O projeto “Contos Africanos e Afro-brasileiros na Educação Infantil” foi realizado em uma escola municipal de Educação infantil do noroeste paulista com um grupo de 25 alunos da Etapa II (5 anos de idade). Vale destacar que cerca de 70% dos alunos são afrodescendentes. O currículo para esta faixa etária prevê o trabalho com música, artes, matemática, movimento, natureza e sociedade, roda da conversa e linguagem oral, leitura e escrita. O trabalho desenvolvido estruturou-se por meio de rodas de conversa a partir de conteúdos da linguagem.

A aproximação ao tema do projeto teve início com o questionamento sobre a existência de princesas e fadas negras. Na representação das crianças era impossível que existissem, pois as personagens do seu repertório, composto por imagens de livros e do cinema, eram brancas e na hipótese de haver alguma negra seria uma fada ou princesa do mal.

As crianças negras estão tendo diversas experiências que as levam a constituir uma autoimagem negativa que está relacionada com a dimensão histórica do contexto da escravidão e de suas consequências posteriores na vida dos negros brasileiros que coopera para a construção de estigmas; se esse fato não for considerado, acaba por naturalizar a baixa estima da criança negra como sendo algo inerente a sua personalidade. (ABRAMOWICS et. al, 2010, p.85).

Mais adiante, a pesquisadora destaca que:

[...] as crianças, aos 4 anos de idade, já passaram por um processo de subjetivação que as levaram a concepção já tão arraigados no nosso imaginário social sobre o branco e o negro e conseqüentemente sobre as positivities e negatividades atribuídas a um grupo social. No entanto, isso pode ser favorecido pela instituição a partir das concepções e valores dos profissionais envolvidos com essas crianças e, também, é claro, a mídia que atua de forma bastante forte na veiculação de imagens, de ideias estéticas que acabam fortalecendo o grupo racial dos brancos e estigmatizando negativamente o grupo racial dos negros. (ABRAMOWICS et. al, 2010, p.85).

O objetivo geral do projeto visou a desconstrução da imagem negativa do negro por meio da literatura. Foram escolhidas obras que retratavam princesas africanas e mitos sobre a explicação do mundo por povos africanos.

O desenvolvimento do projeto deu-se por meio da leitura das obras, de conversas prévias e posteriores sobre o contexto, o significado das narrativas e de seus elementos, e do registro por meio de desenhos individuais e produções coletivas. Desta maneira, os alunos puderam conhecer, questionar e representar sua compreensão acerca das leituras realizadas. O trabalho desenrolou-se ao longo de três meses e as produções resultantes (desenhos e painéis) foram expostas para toda a comunidade escolar durante a semana de Consciência Negra.

Inicialmente, foram trabalhadas obras que retratavam fadas e princesas africanas, tais como: OMO-OBA, história de princesas de Kiusam de Oliveira (2009) e Princesas Africanas (MAIA, 2009). O primeiro livro traz histórias do povo iorubá e afro-brasileiro enfocando como princesas se tornaram rainhas. O enredo desta história motivou os alunos e os colocou em contato com aspectos culturais retratados também por belíssimas ilustrações. A segunda publicação retrata aspectos da história africana, contribuindo para a formação da consciência negra por meio de histórias sobre princesas. A leitura deste livro tornou-se mais envolvente à medida que os alunos entravam em contato com as gravuras. Assim, em ambas as leituras, as ilustrações foram tão importantes quanto o texto para atrair a atenção das crianças e fornecer elementos para a construção de novas representações.

As imagens das narrativas literárias, quando utilizadas adequadamente, longe de uma visão etnocêntrica, branqueadora, a qual é quebrada, oferece ao leitor a (re)apresentações positivas do negro, do descendente de africanos, contribuindo para uma modificação da rede de significados da palavra negro, mestiço, pardo, possibilitando ao branco uma reeducação quanto a visão estereotipada do negro, e a estes elevação da auto-estima e resgate a sua cultura. (SOUZA, 2001, p. 212-213).

Em seguida, foi realizada a leitura do livro “Seis contos africanos sobre a criação do mundo” (LODY, 2007) que aborda a criação do mundo e de alguns deuses africanos. O trabalho com esta obra envolveu discussões prévias sobre como diferentes povos explicam o mundo e levou o grupo à construção de um painel ilustrativo sobre o tema, exposto na escola.

As compreensões de algumas histórias envolveram elementos desconhecidos das crianças, como a cabaça, presente na narrativa na qual Oxalá e Oduduá moravam dentro da Cabaça da Vida, um na parte de cima e outro na parte de baixo, respectivamente. No enredo da narrativa, Oduduá pede a Oxalá para ficar na parte superior, e ele não concorda. Os dois brigam e a cabaça se parte ao meio, separadas bem longe uma da outra: eis o céu e a terra.

Outras narrativas levaram à reflexão sobre a importância dos animais para a vida na Terra, como por exemplo, a importância da galinha em ciscar e dar origem à terra firme, preparando-a para a chegada de Ogum para ensinar aos seres humanos a dominar a natureza, tirando dela o seu alimento para sobreviver.

O trabalho envolveu a linguagem musical (cantos típicos de povos retratados nos livros) e a encenação de algumas histórias, garantindo a ludicidade e o envolvimento das crianças.

PARA ALÉM DAS HISTÓRIAS, O PRECONCEITO RELIGIOSO

No espaço destinado à discussão das leituras, surgiram, além de questionamentos sobre elementos culturais desconhecidos, posicionamentos e juízos de valor. A presença dos orixás em algumas narrativas trouxe à tona crenças religiosas nas quais o culto às divindades é classificado como “coisa do mal”. Inicialmente, este tipo de interpretação partiu de uma das crianças do grupo e, depois, envolveu a família de outra criança que questionou a escola sobre a realização do projeto e impediu que a criança participasse das atividades de leitura.

Em ambos os casos, foram usados argumentos com as crianças e famílias que existem maneiras diferentes de explicar o mundo e, por isso, cada um acredita ou não em Deus ou em deuses. Buscou-se enfatizar a diversidade e a importância da liberdade religiosa, garantindo o respeito à fé de cada um sem menosprezar ou julgar outras crenças. Para as crianças, aceitar as diferenças foi um processo mais tranquilo e a concepção de que orixás são do mal foi superada pela constatação da beleza das narrativas e de suas ilustrações. Parece-nos que foi desperto certo senso estético nas crianças que as levou a superar a ideia do mal. Ideias preconceituosas foram superadas, naquele momento, por uma dimensão afetiva desencadeada pela beleza das narrativas.

Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade. Considerando que esse imaginário e essas representações, em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, dimensão onde brotam e são cultivadas as crenças, os estereótipos e os valores que codificam as atitudes, é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda do nosso psiquismo. (MUNANGA, 1999, p.19).

Situações desta natureza permitem que conflitos resultantes da diversidade humana possam ser discutidos na sala de aula e na escola. Isto faz parte do compromisso social e humano em implementar uma educação para a diversidade, enfatizando as relações etnicorraciais e o enfrentamento ao preconceito e ao racismo contra os negros, sua cultura, história e ancestralidade.

Entender a beleza, a sensibilidade e a radicalidade da cultura de tradição africana, impregnada de norte a sul deste país e não somente no segmento negro da população, é um aprendizado a ser incorporado pelos que cuidam das políticas públicas educacionais. O mundo africano recriado no Brasil é belo e cheio de sabedoria. Nele, tanto o homem quanto a mulher são vistos na sua totalidade e não como fragmentos. Nesse modo de ser e de ver a existência e o mundo, as várias dimensões do ser humanos são destacadas, a racional, a ética, a estética, a corpórea, a espiritual, a ecológica, a política etc., construídas ao longo do acontecer humano e nos diferentes ciclos de vida. (GOMES, 2001, p.95).

O conhecimento e a beleza da cultura africana foi apresentado e compartilhado com as famílias para que compreendessem a escola e as práticas pedagógicas como um processo e um instrumento de valorização e constituição da identidade para além daquilo que supostamente imaginavam. Ou seja, a construção de uma escola mais democrática, com um entendimento da questão racial em relação ao negro ser realizada de uma forma mais positiva, com a quebra dessa cristalização negativa do e no imaginário sobre o negro, sua cultura e história. É urgente sair do pensamento pedagógico e da prática didática do universo branco como exclusiva de uma escola cujos sujeitos histórico-culturais é em sua maioria negra.

O ideal da brancura tão incrustado em nossa história torna-se uma abstração e é retificado e colocado na condição da realidade autônoma, independente. Dessa forma, o padrão branco torna-se sinônimo de pureza artística, de nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica, a ideia de razão. A paz, o belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos. Ao branco atribui-se a cultura confundida como ilustração. Ao negro atribui-se a cultura confundida como exotismo e/ou primitividade. (GOMES, 2001, p.95).

Ao término projeto, as crianças já comentavam umas com as outras sobre a existência de princesas e fadas negras, ainda timidamente em situações observadas nos momentos de brincadeira e de leitura no espaço reservado na sala de aula. Ao se remeterem às literaturas de matriz africana, diziam ser histórias dos povos africanos ou dos povos negros.

Entendemos que o êxito do projeto foi em grande parte ao apoio e à atuação da equipe gestora frente aos conflitos religiosos surgidos. Graças a este apoio pode ser garantida a proposta curricular para a Educação Infantil e principalmente a finalização do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EDH para além de informações e conteúdos específicos requer a construção de um novo olhar que reconheça nas diferenças de toda e qualquer natureza possibilidades humanas

de ser, estar, conviver, pensar e explicar o mundo. Não há como falar em uma educação desta natureza em um ambiente onde preconceitos e discriminações não são enfrentados.

O projeto buscou por meio das linguagens literárias, gráficas e musicais apresentar informações e conhecimentos sobre a cultura africana, despertando a afetividade das crianças que se envolveram com a beleza e a riqueza de detalhes sobre uma outra forma de interpretar e explicar o mundo. O objetivo fundamental não foi construir um discurso racional e antirracista, mas, sim apresentar elementos culturais e imagens capazes de estimular a imaginação das crianças, permitindo-lhes descobrir a beleza e o encantamento de outras culturas.

A proposta e o desenvolvimento do projeto demandaram uma ação corajosa e o apoio da gestão escolar. Enfrentar preconceitos tão arraigados, que envolvem posicionamentos religiosos, requer de docentes e gestores a convicção pedagógica sobre a importância dos temas abordados, consistência teórica para explicar e justificar as opções, principalmente o compromisso social e ético de atuar para a formação de seres humanos mais justos, solidários e conscientes da importância de se respeitar as diversidades humanas.

EDUCATION ON HUMAN RIGHTS IN CHILDHOOD EDUCATION: WORKING WITH AFRICAN TALES

Abstract: This article discusses the Human Rights Education (HRE) in kindergarten through the report of a project on African tales performed with students of early childhood education in the municipal town of northwestern São Paulo. The HRE became mandatory at all levels and parents education arrangements in 2012 with the National Guidelines for Human Rights Education and involves issues that relate to human dignity. Recognition and appreciation of diversity among people is one of its foundations. The project aims to answer the question of how to bring HRE into the schools and aimed to present and value aspects of African culture through literature readings were held discussions with children about their understanding of short stories and graphic records through drawings. The results of the activities show that children increased their concepts about fairies, queens and princesses, transcending Eurocentric conceptions.

Keywords: human rights; cultural diversity; African tales; childhood education.

EDUCAÇÃO EN DERECHOS HUMANOS EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: TRABAJAR CON CUENTOS AFRICANOS

Resumen: En este artículo se discute la educación en derechos humanos (EDH) en el jardín de infancia a través del informe de un proyecto de cuentos africanos llevados a cabo con los alumnos de educación infantil en la ciudad noroccidental municipal de Sao Paulo. La EDH se hizo obligatorio en todas las modalidades de enseñanza y los niveles de los padres en el año 2012 con las directrices nacionales para la educación en derechos humanos e implica cuestiones que se relacionan con la dignidad humana. Reconocimiento y valoración de la diversidad entre las personas es uno de sus fundamentos. El proyecto tiene como objetivo responder a la pregunta de cómo llevar EDH en las escuelas y tuvo como objetivo presentar y valorar aspectos de la cultura africana a través de la literatura. lecturas se llevaron a cabo discusiones con los niños sobre su comprensión de cuentos y registros gráficos a través de dibujos. Los resultados de las actividades demuestran que los niños aumentaron sus conceptos acerca de hadas, reinas y princesas, más allá de las concepciones eurocéntricas.

Palabras Clave: derechos humanos; diversidad cultural; cuentos africanos; educación infantil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICS, A; OLIVEIRA, F. RODRIGUES, T.C. A criança negra, uma criança negra. In: ABRAMOWICS, A; GOMES, N. L. (Orgs) **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

AGUALUSA, J. E. **O filho do vento**. São Paulo: Editora Língua Geral, 2006.

BRASIL. **Lei nº 7.716 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Janeiro, 1989. Diário Oficial da União de 6/1/1989 e retificada em 9/1/1989.

BRASIL. **Lei 10.639** - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10/01/2003.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

_____. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

_____. **Parecer CNE/CP/ 8/2012**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, 30/5/2012, Seção 1, 2012, p.33.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. (Org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001, p.156.

GOMES, N. L. **Educação cidadã, etnia e raça**: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (Org). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p.83-96.

_____. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. de 2016.

_____. Diversidade étnico-racial e a Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: **Um olhar para além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Algumas palavras finais. In: AMÂNCIO, I. M. da C. **Literaturas Africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 149-152

LODY, R. **Seis contos africanos sobre a criação do mundo**. Pallas Editora: 2007.

MAIA, A. C. Princesas Africanas. Leituras Compartilhadas. Brasília: Ediouro, 2009.

MARIOSIA, G. S.; REIS, M. G. dos. A influência de literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. **Revista Estação Literária**, Londrina, v. 8 parte a, dez. 2011, p.42-53.

MUNANGA, K. (Org). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2016.

_____. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. Negritude e Identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? In: **Revista da ABPN**, v.4, nº8, jul.-out. 2012, p.06-14.

OLIVEIRA, K. **OMQ-ØBA**, história de princesas. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

OLTRAMARI, L.; KAWAHALA, E. Discriminação e Identidade. In: **Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural II**, Volume II, Série Pensamento Negro em Educação, 2002, p.20.

SOUZA, A. L. **Personagens negros na literatura infanto-juvenil**: rompendo estereótipos. In: In: CAVALLEIRO, E. (org). *Racismo e anti-racismo na educação*: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p.195-213.

Recebido em julho de 2016.

Aprovado em março de 2018.